

# Linguagens Digitais e Analógicas – Conflitos e Conexões Educacionais e Comunicacionais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.189.13>

**Thaís Helena Falcão Botelho**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-1304-8092>  
[olhodofalcao.imagem@gmail.com](mailto:olhodofalcao.imagem@gmail.com)

## Resumo

Segundo uma pesquisa feita em 2024 (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024), o Brasil tinha mais de 85% da sua população com acesso à internet. Ao mesmo tempo, estudos como os da International Telecommunication Union (2022b) e Silva et al. (2021) apontavam que seus cidadãos apresentam baixas taxas de competências digitais e midiáticas. Esse artigo tem o objetivo de investigar sobre a origem do antagonismo entre essas duas taxas: a alta acessibilidade à internet e as baixas taxas de competências digitais e midiáticas. Para se compreender a causa desse panorama atual, buscaram-se, inicialmente, as diretrizes das políticas públicas que promoveram a entrada da internet, desde 2010, e sua adesão em massa no país. Concomitante a esse período, verificou-se quais eram as políticas públicas adotadas pelo Ministério da Educação para a área de linguagens e suas tecnologias e se houve algum processo de educação midiática para as linguagens digitais para os dois primeiros anos do ensino fundamental, quando se iniciam os processos de alfabetização no ensino. De acordo com esse estudo, os Ministérios das Comunicações, Ciência, Tecnologia e Inovação promoviam as linguagens e tecnologias digitais, multimidiáticas e interativas, enquanto o Ministério da Educação fomentava, de maneira quase que exclusiva, o ensino da linguagem verbal e analógica.

## Palavras-chave

educação midiática, linguagens, ensino, políticas públicas, Programa Nacional do Livro e do Material Didático

## Introdução

No século XXI, o Brasil apresentou um notável aumento nas suas taxas de conectividade. Em 2005, “13% das residências em áreas urbanas do país tinham acesso à rede, um contraste em relação à proporção registrada em 2024: 85%” (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024, para. 1). Em 2024, uma pesquisa colocou o Brasil como o segundo país do mundo que mais tempo fica na internet: com 9 horas e 13 minutos por dia (Kemp, 2024). As taxas descritas indicam um processo de universalização da web e um convívio diário da população com as mídias digitais, suas linguagens, tecnologias e dinâmicas. No entanto, há estudos que apontam um nível médio-baixo nas competências midiáticas dos brasileiros (García-Ruiz et al., 2020, p. 217).

Em 2021, foi publicado o resultado de uma pesquisa feita com 502 estudantes brasileiros, com o objetivo de “conhecer os níveis de competência midiática de crianças de 9 a 12 anos” (Silva et al., 2021, p. 22). O critério de avaliação utilizado foram as seis dimensões de competências midiáticas estruturadas por Ferrés e Piscitelli (2015), que seriam: *tecnologia*, *linguagem*, *processos de interação*, *processos de produção e difusão*, *ideologia e valores*, *estética*.

As competências foram classificadas segundo os seguintes níveis e critérios: *avançado*, que “corresponde a ter conhecimentos, atuação e aptidões iniciais”; *básico/intermediário*, “conhecimentos, atuação e aptidões iniciais pouco consolidados”; *básico*, “conhecimentos, atuação e aptidões mais rudimentares” (Silva et al., 2021, p. 31). As taxas apresentadas são relativas aos que conseguiram atingir o nível *avançado*, que seriam aptidões iniciais consolidadas.

A competência em *tecnologia* foi a que teve o índice mais elevado, 75% no nível avançado (Silva et al., 2021, p. 32). Um de seus aspectos seria a “capacidade de manusear com correção ferramentas em um ambiente multimidiático e multimodal” (Ferrés & Piscitelli, 2015, p. 10). A dimensão da *linguagem* apresentou “um percentual significativo de crianças no nível avançado (50,6%)” (Silva et al., 2021, p. 33). Essa dimensão tem como um de seus tópicos a “capacidade de analisar e avaliar as mensagens a partir da perspectiva do significado e do sentido” (Ferrés & Piscitelli, 2015, p. 9), a qual exige um pouco mais de abstração cognitiva em relação à *tecnologia*, que inclusive apresentou uma queda de 25% em relação à primeira. O resultado mais baixo foi para a terceira dimensão: *processos de interação*, com 10,36%. Um de seus aspectos é a “capacidade de seleção, revisão e autoavaliação do próprio consumo midiático, de acordo com critérios conscientes e racionais” (Ferrés & Piscitelli, 2015, p. 10). Constata-se que o pior resultado ficou justamente para “a dimensão que se refere à capacidade para refletir criticamente sobre a sua própria interação com a mídia, interpretar os conteúdos, interagindo de modo solidário e colaborativo” (Silva et al., 2021, p. 41). Resultado similar se vê em *ideologia e valores*: 12,7% (Silva et al., 2021, p. 36), que tem em um dos seus objetivos verificar se o usuário apresenta a “capacidade de detectar as intenções ou interesses subjacentes, tanto nas produções corporativas quanto nas populares” (Ferrés & Piscitelli, 2015, p. 13). Resultados de níveis baixos,

apesar de um pouco melhores, foram na área de expressão, criação, como *processos de produção e difusão*, com 26,9%, onde um dos aspectos é o de “conhecer e utilizar sistemas de produção, programação e difusão de conteúdo” (Silva et al., 2021, p. 26) e na dimensão *estética* com 36,9%, na qual um dos parâmetros seria a “capacidade para usar e interpretar os meios seguindo padrões de qualidade estética, de um modo criativo e original” (Silva et al., 2021, p. 26).

Em 2022, a International Telecommunication Union (2022a) publicou um levantamento feito com 78 países, com pessoas com idade a partir de 10 anos. O objetivo era avaliar o nível da alfabetização digital dos cidadãos de cada país em relação às “cinco categorias de habilidades digitais: comunicação/colaboração; solução de problemas; segurança; criação de conteúdo e alfabetização em informações/dados” (International Telecommunication Union, 2022a, p. 14). De acordo com essa pesquisa, o Brasil atingiu as seguintes taxas: *comunicação/colaboração*, 59,12%; *resolução de problemas*, 22,61%; *criação de conteúdo digital*, 25%; *alfabetização em informações/dados*, 59,69% (International Telecommunication Union, 2022b); para *segurança*, o Brasil não forneceu dados. Nesse caso, também, quanto mais alta a taxa, mais elevado é o nível de competência naquela habilidade naquele país (International Telecommunication Union, 2022b).

Apesar de duas categorias apresentarem taxas medianas, aquelas que indicam se os cidadãos têm habilidades para resolver seus problemas no ambiente digital, bem como criar conteúdo, foram as mais baixas, demonstrando que o país apresenta um quadro crítico “para se alcançar uma conectividade universal e significativa” (International Telecommunication Union, 2022a, p. 14).

Tais resultados põem o Brasil em alerta, pois de acordo com a rede Alfamed, a “alfabetização midiática deveria ser declarada como o direito elementar universal de todas as pessoas, porque nessa sociedade de telas tornou-se uma necessidade predominante para todos os cidadãos” (Borges & Silva, 2019, p. 9). Segundo a International Telecommunication Union,

com o ritmo rápido e acelerado da evolução tecnológica, a formação e o reforço de capacidades devem ser constantemente desenvolvidos e aprimorados para garantir que os cidadãos, bem como os profissionais das tecnologias de informação e comunicação (TIC), tenham as competências e qualificações adequadas para fazerem uso eficaz da tecnologia digital de hoje. (Zavazava, 2023, para. 6)

## Questão

Algumas questões que se interpõem são: como foi pavimentado no Brasil esse percurso que levou às taxas atuais tão contraditórias (alto consumo de linguagens digitais e baixas competências para utilizá-las)? Quais as diretrizes do Estado brasileiro em relação às políticas públicas fomentadas para a adesão das tecnologias computacionais a partir de 2010, quando se deu o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)?

Quais foram as políticas no ensino do país, a partir de 2010, em relação à área de linguagens e suas tecnologias, quando se planejaram as bases para o empreendimento em larga escala, em território nacional, de tais mídias e linguagens digitais? Quais os tipos de linguagens e tecnologias estavam sendo adotados dentro da sala de aula? Houve a promoção de materiais para a educação midiática no ensino formal?

## Metodologia

Para se observarem as possíveis causas dessa discrepância, foi-se buscar as diretrizes das políticas públicas que promoveram a entrada da internet e sua adesão no país, promovidas inicialmente pelo Ministério das Comunicações. Paralelamente, foi-se verificar quais eram as políticas públicas adotadas pelo Ministério da Educação para a área de linguagens e suas tecnologias: se haveria algum processo de educação midiática para os dois primeiros anos do ensino fundamental, quando se iniciam os processos de alfabetização, tendo em vista a aprendizagem para as linguagens digitais.

Com o intuito de se verificarem as diretrizes para entrada em massa da internet no Brasil, foram analisados os documentos norteadores para o avanço dessa tecnologia no país, ocorrida a partir de 2010, quando se deu o lançamento do PNBL pelo Ministério das Comunicações. Após esse plano, foram publicadas outras políticas públicas para o avanço das tecnologias digitais no país: em 2018, a *Estratégia Brasileira Para a Transformação Digital (E-Digital)*, 2018–2021, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2018); em 2022, a *Estratégia Brasileira Para a Transformação Digital (E-Digital)*, 2022–2026, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (2022). Esse levantamento finaliza-se em 2023, quando se lançou a *Estratégia Brasileira de Educação Midiática*, pela Secretaria de Comunicação Social (2023a) da Presidência da República. Essa política foi a última analisada, já que deverá passar por reavaliação e atualização em 2025, pois, de acordo com a Secretaria de Comunicação Social (2023b), a *Estratégia Brasileira de Educação Midiática*

deve ser apresentada novamente em 2025, trazendo contexto e diagnóstico da educação midiática no país, princípios para a educação midiática, diretrizes para a política pública e eixos de atuação com detalhamento de planos de ação, incluindo a apresentação de resultados alcançados até então e de metas e marcos previstos para os anos seguintes. (para. 9)

Para o mesmo período, de 2010 a 2023, verificou-se quais foram as diretrizes do Ministério da Educação para a produção de conteúdo didático na área de linguagens e suas tecnologias para os dois primeiros anos do ensino fundamental.

Os documentos utilizados foram os editais e os guias do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)<sup>1</sup>. Esse programa foi escolhido por se tratar “do maior programa de compra e material educacional do mundo” (Editora Moderna, s.d., para.

---

1 O Programa Nacional do Livro Didático passa a ser chamado de Programa Nacional do Livro e do Material Didático a partir de 2017.

10), o qual atende todas as escolas públicas do país, que representam 80% dos alunos dos anos iniciais (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023, p. 15). Por esse caminho, é possível se verificar quais seriam as diretrizes, em termos de conteúdo, para a aprendizagem na área de linguagens e suas tecnologias para a maioria dos estudantes do país e, também, se houve a implantação de processos pedagógicos para um ensino de educação midiática, bem como para diferentes tipos de linguagens e mídias, que promovessem, junto à aprendizagem da alfabetização verbal, outras alfabetizações, como de alfabetização midiática.

Vale destacar que serão apresentados, de maneira brevíssima, elementos-chave de cada política, criando pontos de luz que venham a permitir um quadro sintético das diretrizes promovidas pelo Estado, as quais, somadas, possam ter corroborado na contradição de resultados em relação ao uso da internet no país.

## Políticas Públicas Nacionais Para Tecnologias Comunicacionais

O primeiro plano, com “o objetivo principal de massificar o acesso à internet em banda larga no país” (Ministério das Comunicações, 2020, para. 1), foi o PNBL, lançado em 2010, com foco em uma política de acesso, baseado em “três fundamentos: aumentar a cobertura, melhorar a velocidade e diminuir o preço do serviço” (Senado Federal, 2017, p. 7). A meta era “elevar a quantidade de acessos banda larga para cerca de 30 milhões fixos e de aproximadamente 60 milhões de acessos móveis, até 2014” (Souto et al., 2010, p. 14). Na visão do diretor de Banda Larga do Ministério das Comunicações, o plano havia atingido a sua meta, pois “o País contava, em 2014, com 36,8 milhões de domicílios com acesso à internet” (Senado Federal, 2017, p. 79).

A política pública seguinte foi a E-Digital, lançada em 2018, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2018). No país já eram “126,9 milhões de usuários de Internet” (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019, p. 7), tendo uma vida ativa na web. Pelo menos um terço deles já eram consumidores online, em 2018: “43,7 milhões de usuários compraram pela Internet” (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019, p. 11).

A partir da E-Digital, o Estado passa a “ser concebido como uma entidade inserida no ambiente digital” (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018, p. 94) e a ter uma preocupação de se “sair do mero consumo de tecnologias para a imersão no meio digital como um modo de gerir, prestar serviços e aprimorar o exercício da cidadania” (p. 94). O Estado passou a entender que “a educação digital será cada vez mais uma etapa importante para o exercício da cidadania e uma pré-condição para uma atividade profissional bem-sucedida” (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018, p. 45). Compreendeu-se que seria necessária a “aquisição de competências específicas” e que “praticamente todas as profissões irão requerer alfabetização em TICs [tecnologias da informação e comunicação]” (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018, p. 45).

Além disso, a E-Digital expôs que, apesar da política nacional de acesso do PNBL ter promovido a massificação da internet, no ensino público havia lacunas consideráveis na infraestrutura que dificultariam os planos de “alfabetização em TICs” tão necessária para “para o exercício da cidadania” (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018, p. 45). Nesse documento contabilizaram que

apenas 3% das escolas públicas de ensino básico contam com computadores dentro de todas as salas de aula, sendo que em apenas 19% das escolas a conectividade tem velocidade suficiente para o acesso simultâneo dos alunos a vídeos e jogos. Além disso, 67% dos professores não participaram de cursos de formação sobre o uso de recursos tecnológicos para educação, ou fizeram apenas cursos sobre o uso de ferramentas básicas. (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018, p. 48)

Além de se comprometer em “conectar 22.000 escolas públicas, urbanas e rurais, com acessos à banda larga de alta velocidade” (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018, p. 23), essa nova estratégia amplifica a visão de que as tecnologias computacionais vão além do “aparato técnico”, como “um mero instrumento a ser incorporado às práticas escolares, como se fosse uma ferramenta neutra capaz de atualizá-las” (Sibilia, 2016, p. 209). Na E-Digital compreende-se que, “para que o uso de TICs tenha efeito positivo na educação, é importante, na implementação dos programas e políticas, observar e manter em equilíbrio quatro dimensões do uso das tecnologias” (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018, p. 45). Essas quatro dimensões seriam: “visão, formação de professores e gestores, recursos educacionais digitais e infraestrutura” (Dellagnelo, 2019, para. 4).

No entanto, em 2019, o planejamento para os quatro anos foi atropelado pela pandemia COVID-19, quando o ensino no país, principalmente o público, se viu não só com problemas de infraestrutura como de acesso à web e a falta de dispositivos computacionais. Docentes e discentes da educação básica não estavam preparados para utilizar as linguagens e tecnologias digitais para os processos de aprendizagem. Conforme o diagnóstico da E-Digital, publicado em 2021, a pandemia mostrou três razões para a exclusão digital: “(a) dificuldade de acesso à internet, (b) custo dos serviços e dispositivos digitais e (c) incapacidade de interagir e utilizar os serviços online, isto é, falta de letramento digital” (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2021, p. 10). Mesmo assim, de acordo com o Centro de Inovação para Educação Brasileira (2020), houve uma mobilização em todos os estados, “um esforço muito grande para colocar em prática o ensino a distância” (para. 12). Ações diversificadas foram fomentadas, como “envio de materiais digitais”, “orientações genéricas via redes sociais”, “disponibilização de videoaulas” (Centro de Inovação para Educação Brasileira, 2020, para. 6).

Em dezembro de 2022, foi lançada a E-Digital ciclo 2022–2026, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (2022). No entanto, apesar do “o imenso desafio de garantir a aprendizagem dos seus estudantes em tempos de isolamento social e

fechamento das escolas” (Centro de Inovação para Educação Brasileira, 2020, para. 9), nessa nova estratégia, a abordagem foi pífia no tocante a esse assunto e à educação em geral:

no Brasil, Estados e municípios deram diferentes respostas à crise educacional relativa à pandemia. O espaço de aprendizado não se restringe à escola ou ao espaço físico, devendo ser consideradas também as infraestruturas virtuais, como plataformas de ensino e de capacitação. (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2022, p. 43)

Apesar de ocorrer, de forma mandatória, uma aprendizagem de uma alfabetização digital no ensino, tais iniciativas não foram aproveitadas nesse documento. A própria estratégia assume que não faria qualquer acréscimo, já que ficou “mantida a visão estratégica para a transformação digital do País proposta em 2018” (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2022, p. 14).

Em 2023, é lançada a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Secretaria de Comunicação Social, 2023a). Nesse momento, a mais alta instância federal na área comunicacional aponta que, para ocorrer um processo pleno de apropriação midiática, é necessária a educação midiática. A Secretaria de Comunicação Social demonstra compreender a complexidade das diversas dimensões para o desenvolvimento da educação midiática, sendo assim, cria parcerias com vários ministérios: Saúde, Justiça, Segurança Pública, da Cidadania, dentre outros (Secretaria de Comunicação Social, 2023a). Porém, ciente da urgência da educação midiática para seus cidadãos de todas as idades, promove o Ministério da Educação como o seu “principal parceiro” para que essa aprendizagem possa “ser incluída de forma qualificada na educação básica, em todas suas modalidades, inclusive na educação de jovens e adultos” (Secretaria de Comunicação Social, 2023a, p. 24), tendo em vista que ela é fundamental para o “enfrentamento às desigualdades, discursos violentos e preconceitos, e a diversidade e pluralidade de vozes no ambiente midiático e informacional” (Secretaria de Comunicação Social, 2023a, p. 22).

## **Políticas Públicas no Ensino Básico Para a Área de Linguagens e Suas Tecnologias**

Para se verificar quais seriam as diretrizes fundamentais em termos de aprendizagem na área de linguagens e suas tecnologias no ensino básico, com o objetivo de observar se houve, paralelamente às políticas públicas de acesso à internet, uma alfabetização digital e midiática no ensino, foram analisados os editais e guias do PNLD referentes aos dois primeiros anos do ensino fundamental, quando se iniciam os processos de alfabetização.

O Ministério da Educação lança de quatro em quatro anos o edital para o ciclo do 1.º ao 5.º ano do ensino fundamental. Os editais analisados foram os dos anos de 2010, 2013, 2019 e 2023.

De acordo com o Guia do PNLD de 2010 (Ministério da Educação, 2008), bem como de 2013 (Ministério da Educação, 2011), a área de linguagens e suas tecnologias atendia somente à disciplina de Língua Portuguesa. Para ambos, os princípios orientadores específicos nessa área eram iguais: “garantir o seu acesso qualificado ao mundo da escrita e à cultura letrada em que vivemos, sem, no entanto, desconsiderar sua cultura de origem” (Ministério da Educação, 2012, p. 10). Verifica-se que a linguagem em foco era a verbal analógica, já que o objetivo a ser alcançado no ensino era o de “garantir o acesso qualificado ao mundo da escrita”, sendo o suporte de aprendizagem o livro consumível (Ministério da Educação, 2011, p. 13).

No PNLD de 2019, além da disciplina de Língua Portuguesa, também se solicita para a área de linguagens o livro didático, para todos os anos, para a disciplina de Arte, bem como para Educação Física (Ministério da Educação, 2017, p. 2). Apesar da demanda de materiais didáticos se diversificar para outros tipos de linguagens, além da verbal, há pontos que levam à conclusão de que o foco primordial da alfabetização no país se mantém, principalmente, na linguagem verbal e analógica.

Nesse edital, os princípios orientadores específicos para área de linguagens seriam:

- “2. Desenvolver sua capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico-matemático”;
- “3. Garantir seu acesso qualificado à cultura letrada sem, no entanto, desconsiderar sua cultura de origem”;
- “5. Compreender o ambiente natural e social do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura, dos direitos humanos e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (Ministério da Educação, 2018a, p. 10).

Apesar de acréscimos significativos nos princípios norteadores, como questões de direitos humanos, autonomia, constata-se que pouco se alterou em termos de escopo para a área de linguagens. Isso pode ser testemunhado nos princípios de número 2 e 3: “o pleno domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico-matemático” e “garantir seu acesso qualificado à cultura letrada”. Mesmo quando se aborda outra linguagem, como seria o caso da disciplina de Arte, que se utiliza de suportes diversificados, outras tecnologias, esses dois termos se encontram diluídos no tópico de número 5, junto a grandes temas, como: sociedade, cultura, direitos humanos. A partir disso, pode-se inferir que outras linguagens e tecnologias têm uma relevância bem menor que a linguagem verbal, que está em pelo menos duas citações. O suporte de aprendizagem continua sendo o livro impresso. Somente o professor tem seu manual digital (Ministério da Educação, 2017). Novamente, o foco principal é a linguagem verbal e analógica.

Outro dado que reforça esse entendimento é que as outras linguagens, como Arte e Educação Física, ocupam, cada uma, 7,69% da grade curricular, e a disciplina de Língua Portuguesa, 38% (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2023). Inclusive, a aprendizagem em Educação Física se estrutura a partir de “práticas

corporais” (Ministério da Educação, 2018b, p. 21), não tendo como escopo um trabalho com dispositivos computacionais.

No contexto da pandemia, em 2020, foi lançado o edital do PNLD 2023, que se tornou um marco na educação do país, sendo requisitada “pela primeira vez das editoras participantes a entrega dos livros didáticos em formato digital” (Milliet, 2020, para. 1) junto com o impresso. Enfim, a educação passa a legitimar, para dentro das escolas, a linguagem digital, multimídia e online, através do formato em HTML5 (Ministério da Educação, 2021, p. 2).

## Considerações Finais

Como pôde se observar, a partir de 2010, as políticas públicas dos Ministérios das Comunicações, Ciência, Tecnologia e Inovação fomentaram as linguagens e tecnologias digitais, que se estruturam a partir de três pilares: alta interatividade com conteúdo, compressão de dados e acesso universal (Pereira, 2000). Promoveram tais tecnologias em massa sem uma visão da formação necessária, já que elas alavancam novos processos cognitivos dos seus leitores, pois conseguem “deslocar o eixo da comunicação de modo que as pessoas passam da condição de meros espectadores para interlocutores, da passividade leitora ou auditiva para o estado de sujeito operativo, cocriativo, produtor do discurso” (Florêncio et al., 2020, p. 56). Elas criam novos tipos de leitores. Testemunha-se que não se está mais diante somente de um tipo de “leitor contemplativo que segue as sequências de um texto, virando páginas, manuseando volumes”, mas, diante de mais um tipo de leitor, que estará “em estado de prontidão, conectado entre nós e nexos, num roteiro multilinear, multissequencial e labiríntico que ele próprio ajudou a construir ao interagir com os nós entre palavras, imagens, documentação, músicas, vídeos, etc.” (Santaella, 2004, p. 33).

Enquanto isso, o Ministério da Educação, através do PNLD, promovia, no ensino, uma aprendizagem monopolizada pela linguagem escrita analógica, viabilizada pelo suporte impresso, com baixíssima interatividade, sem compressão de dados e acesso individual.

Diante de políticas públicas em âmbitos basilares de comunicação e educação, que praticamente durante quase duas décadas tinham seu foco no desenvolvimento de linguagens e tecnologias tão distintas, começa-se a entender uma certa lógica entre valores aparentemente antagônicos, como de alta conectividade e de baixa utilização significativa da internet. No ensino básico, os alunos foram alfabetizados para a linguagem, principalmente, escrita e analógica e não, conjuntamente, para as linguagens multissemióticas que percorrem as mídias digitais. Além disso, sabe-se que a maioria dessas crianças e jovens aprendeu sozinha ou nunca tiveram qualquer formação para as mídias digitais, espaço que deve ser apropriado, urgentemente “pela escola na ampliação das competências midiáticas desse segmento” (Silva et al., 2021, p. 30).

A partir de 2023, ambos os ministérios passam a convergir em termos de linguagens, tecnologias e aprendizagens. No da Secretaria de Comunicação Social parte-se da

necessidade da educação midiática e, no da Educação, legitimam-se as linguagens digitais e suas tecnologias no ensino formal. Tais políticas públicas parecem dar um passo no entendimento de que o “fenômeno da comunicação, como todos os fenômenos humanos, tem de ser visto de forma holística” (Ferrés & Piscitelli, 2015, p. 4).

Assim sendo, após duas décadas divergentes, as políticas públicas indicam ter uma coerência entre as linguagens e tecnologias comunicacionais e educacionais, abrindo a possibilidade da formação de um leitor *prossumidor*, de um aluno, um cidadão que, além de ler, de consumir mídias, pode produzir e compartilhar conhecimento.

## Referências

Borges, G., & Silva, M. B. (2019). *Competências midiáticas em cenários brasileiros: Interfaces entre comunicação educação e artes*. Editora da UFJF.

Centro de Inovação para Educação Brasileira. (2020, 3 de abril). *Pesquisa analisa estratégias de ensino remoto de secretarias de educação durante a crise da Covid-19*. <https://cieb.net.br/pesquisa-analisa-estrategias-de-ensino-remoto-de-secretarias-de-educacao-durante-a-crise-da-covid-19/>

Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2019, 28 de agosto). *TIC Domicílios 2018: Principais resultados*. [https://cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2018\\_coletiva\\_de\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2018_coletiva_de_imprensa.pdf)

Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2024, 31 de outubro). *Em duas décadas, proporção de lares urbanos brasileiros com internet passou de 13% para 85%, aponta TIC Domicílios 2024*. <https://www.cetic.br/pt/noticia/em-duas-decadas-proporcao-de-lares-urbanos-brasileiros-com-internet-passou-de-13-para-85-aponta-tic-domicilios-2024/>

Dellagnelo, L. (2019). *Políticas de tecnologia na educação brasileira: Histórico, lições aprendidas e recomendações*. CIEB Estudos. <https://cieb.net.br/cieb-estudos-4-politicas-de-tecnologia-na-educacao-brasileira-historico-licoes-aprendidas-e-recomendacoes/>

Editora Moderna. (s.d.). *O que é o PNLD e qual sua importância?* Retirado a 6 de fevereiro de 2025, de <https://pnld.moderna.com.br/modernaexplica-ef1/o-que-e-o-pnld-e-qual-sua-importancia/#:~:text=O%20PNLD%20representa%20hoje%20o,crian%C3%A7as%2>

Ferrés, J. P., & Piscitelli, A. (2015). Competência midiática: Proposta articulada de dimensões e indicadores. *Lumina*, 9(1), 1-16. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/2118>

Florêncio, R. R., Silva, H. M. F. O., & Bonilla, M. H. S. (2020). Práticas de multiletramento: Uma realidade ainda distante nas escolas contemporâneas. *Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, 9(1), 50-60. <https://doi.org/10.9771/re.v9i1.28888>

García-Ruiz, R., Matos, A. P. D. M., Arenas-Fernández, A., & Ugalde, C. (2020). Alfabetización mediática en educación primaria. Perspectiva internacional del nivel de competencia mediática. *Pixel-Bit, Revista de Medios y Educacion*, (58), 217-236.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2023). *Censo escolar 2022: Divulgação dos resultados*. [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2022/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf)

International Telecommunication Union. (2022a). *Measuring digital development: Facts and figures 2022*. [https://www.itu.int/hub/publication/d-ind-ict\\_mdd-2022/](https://www.itu.int/hub/publication/d-ind-ict_mdd-2022/)

International Telecommunication Union. (2022b, 15 de novembro). *Percentage of individuals with ICT skills, by type of skill, based on most recent data in 2019-2021 period*. ITU. <https://public.tableau.com/app/profile/itu/viz/ITUFactsandFigures2022/Skills01>

Kemp, S. (2024, 31 de janeiro). *Digital 2024 global overview report*. DataReportal. <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report>

Milliet, P. (2020, 21 de dezembro). *PNLD 2023 - O formato do livro digital: ePub3 x HTML5*. Publish-news. <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/12/21/pnld-2023-o-formato-do-livro-digital-epub3-x-html5#:~:text=0%20PNLD%202023%20requisita%20pela,dos%20profissionais%20do%20campo%20editorial>

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. (2022). *Estratégia brasileira para a transformação digital (e-digital): Ciclo 2022 - 2026*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosestrategiadigital/e-digital\\_ciclo\\_2022-2026.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosestrategiadigital/e-digital_ciclo_2022-2026.pdf)

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. (2018). *Estratégia brasileira para a transformação digital (e-digital)*. Departamento de Políticas e Programas Setoriais em TICs; Secretaria de Política de Informática. <https://www.gov.br/mcti/pt-br/centrais-de-conteudo/comunicados-mcti/estrategia-digital-brasileira/estrategiadigital.pdf>

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. (2021). *Diagnóstico da e-digital atualização da estratégia brasileira para a transformação digital*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. <https://www.cgее.org.br/documents/10195/734063/Diagnostico+E-digital.pdf>

Ministério da Educação. (2008). *Programa nacional do livro didático - PNLD 2010: Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2010*. Secretaria De Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação. [https://www.fnede.gov.br/phocadownload/programas/Livro\\_Didatico\\_PNLD/Editais/PNLD\\_2010/edital\\_pnld\\_2010.pdf](https://www.fnede.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Editais/PNLD_2010/edital_pnld_2010.pdf)

Ministério da Educação. (2011). *Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2013: Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2013*. Secretaria de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [https://www.fnede.gov.br/phocadownload/programas/Livro\\_Didatico\\_PNLD/Editais/PNLD\\_2013/edital\\_pnld\\_2013.pdf](https://www.fnede.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Editais/PNLD_2013/edital_pnld_2013.pdf)

Ministério da Educação. (2012). *Guia de livros didáticos PNLD 2013: Letramento e alfabetização língua portuguesa ensino fundamental - Anos iniciais*. Secretaria de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [https://www.fnede.gov.br/phocadownload/programas/Livro\\_Didatico\\_PNLD/Guias/PNLD\\_2013/guia\\_pnld\\_2013\\_portugues.pdf](https://www.fnede.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2013/guia_pnld_2013_portugues.pdf)

Ministério da Educação. (2017). *Edital de convocação 01/2017 - CGPLI edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2019*. Secretária de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79531-edital-pnld-2019-consolidado-3-retificao-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79531-edital-pnld-2019-consolidado-3-retificao-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)

Ministério da Educação. (2018a). *PNLD 2019: Arte - Guia de livros didáticos*. Secretária de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia\\_pnld\\_2019\\_arte.pdf](https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2019_arte.pdf)

Ministério da Educação. (2018b). *PNLD 2019: Educação física - Guia de livros didáticos*. Secretária de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia\\_pnld\\_2019\\_educacao-fisica.pdf](https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2019_educacao-fisica.pdf)

Ministério da Educação. (2021). *Edital de convocação nº 01/2021 - CGPLI edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o programa nacional do livro e do material didático - PNLD 2023*. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Secretaria de Alfabetização; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2023-1/copy\\_of\\_Edital\\_PNLD\\_2023\\_\\_\\_\\_2\\_\\_Retificacao\\_08\\_07\\_2021.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2023-1/copy_of_Edital_PNLD_2023____2__Retificacao_08_07_2021.pdf)

Ministério das Comunicações. (2020, 20 de novembro). *Plano nacional de banda larga*. <https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/universalizacao/plano-nacional-de-banda-larga#:~:text=Criado%20pelo%20decreto%20n.%C2%BA,regi%C3%B5es%20mais%20carentes%20dessa%20tecnologia>

Pereira, F. (2000). MPEG-4: Why, what, how and when? *Signal Processing: Image Communication*, 15, (4-5), 271-279. [https://doi.org/10.1016/S0923-5965\(99\)00049-1](https://doi.org/10.1016/S0923-5965(99)00049-1)

Santaella, L. (2004). *Navegar no ciberespaço - O perfil cognitivo do leitor imersivo*. Editora Paulus.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. (2023). *Resolução SEDUC - nº 53, de 16-11-2023: Estabelece as diretrizes para organização curricular dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas*. <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2023/11/matriz-curricular-2024-ef-resoluo-seduc-n-53-2023.pdf>

Secretaria de Comunicação Social. (2023a). *Estratégia brasileira de educação midiática*. Coordenação-Geral de Educação Midiática; Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática; Secretaria de Políticas Digitais; Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023\\_secom-spdigi\\_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf)

Secretaria de Comunicação Social. (2023b, 31 de outubro). *Estratégia brasileira de educação midiática apresenta as políticas públicas voltadas para a população: Documento foi construído a partir de consulta pública e está alinhado com a Base Nacional Comum Curricular*. <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao>

Senado Federal. (2017, 5 de dezembro). *Relatório nº 10, de 2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de avaliação de política pública referente às ações e execuções de todos os programas relacionados à banda larga (RCT 2/2017-CCT)*. <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7341929&ts=1594035397704&disposition=inline>

Sibilia, P. (2016). Entre redes y paredes: Enseñar y aprender en la cultura digital. In M. T. Lugo (Ed.), *Seminario internacional educación y políticas Tic: Los sistemas educativos en contextos de inmersión tecnológica* (pp. 201-224). Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación; Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245810?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-a7d4a446-f746-48f8-93ec-e0a957d58c95>

Silva, M. B. D., Borges, G., Fantin, M., Pimenta, M. A. A., & Aguaded, I. (2021). Competência midiática em crianças de 9 a 12 anos em cenários brasileiros. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 44(1), 21-45. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202111>

Souto, A. A. O., Martins, R. P. O., & Cavalcanti, D. B. (Eds.). (2010). *Um plano nacional para banda larga: O Brasil em alta velocidade*. Ministério das Comunicações. <https://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/810>

Zavazava, C. L. (2023, 9 de fevereiro). *Digital skills development must keep evolving*. Telecommunication Development Bureau. <https://www.itu.int/hub/2023/02/digital-skills-development-must-keep-evolving/>